

No. 37122

**Mexico
and
Portugal**

**Extradition Treaty between the United Mexican States and the Portuguese Republic.
Lisbon, 20 October 1998**

Entry into force: *1 January 2000, in accordance with article 26*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Mexico, 21 December 2000*

**Mexique
et
Portugal**

**Traité d'extradition entre les États-Unis du Mexique et la République portugaise.
Lisbonne, 20 octobre 1998**

Entrée en vigueur : *1er janvier 2000, conformément à l'article 26*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Mexique, 21 décembre 2000*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS E A REPÚBLICA PORTUGUESA

Os Estados Unidos Mexicanos e a República Portuguesa, adiante designados por Partes,

Desejando tornar mais eficaz a cooperação entre os dois Estados no que respeita à repressão da criminalidade, através da celebração de um Tratado de Extradicação de Pessoas, para fins de procedimento criminal ou para cumprimento de pena privativa de liberdade,

Reafirmando a sua consideração por cada um dos sistemas legais e respectivas instituições judiciais;

Acordam no seguinte:

Artigo 1º

Obrigação de extraditar

As Partes contratantes acordam na extradicaç o recíproca de pessoas que se encontrem nos seus territórios, nos termos das disposições do presente Tratado.

Artigo 2º

Fim e fundamento da extradicaç o

1. A extradicaç o pode ter lugar para fins de procedimento criminal ou para cumprimento de penas privativas da liberdade, relativamente a factos cujo julgamento seja da competência dos tribunais da Parte requerente.

2. Para qualquer destes efeitos, só é admissível a extradição da pessoa reclamada no caso de crime, ainda que tentado, punível pela lei de ambas as Partes com pena privativa de liberdade de duração máxima não inferior a um ano.

3. Quando a extradição for pedida para cumprimento de uma pena privativa de liberdade, só poderá ser concedida, se a duração da pena ainda por cumprir não for inferior a seis meses.

4. Se o pedido de extradição respeitar a factos que preencham vários tipos legais e algum ou alguns deles não preencherem a condição relativa ao limite mínimo da pena poderá a Parte requerida conceder a extradição também por estes factos.

5. Para os fins do presente artigo, na determinação das infracções segundo a lei de ambas as Partes contratantes:

- a) Não releva que as leis das Partes contratantes qualifiquem diferentemente os elementos constitutivos da infracção ou utilizem a mesma ou diferente terminologia legal;
- b) Todos os factos imputados à pessoa cuja extradição é pedida serão considerados, sendo irrelevante a circunstância de serem ou não diferentes os elementos constitutivos da infracção segundo as leis das Partes contratantes.

6. A extradição por infracções em matéria fiscal, de direitos aduaneiros e cambial processa-se nas condições previstas no presente Tratado.

Artigo 3º

Aplicação territorial

O presente Tratado aplica-se a todo o território sob jurisdição das Partes contratantes, incluindo o espaço aéreo e as águas territoriais, bem como os navios e aeronaves registados em cada uma das Partes nos termos do direito internacional.

Artigo 4º

Inadmissibilidade da extradição

1. Não haverá lugar a extradição nos seguintes casos:
 - a) Ter sido a infracção cometida no território da Parte requerida;
 - b) Ter a pessoa reclamada sido julgada definitivamente nos tribunais da Parte requerida ou num terceiro Estado pelos factos que fundamentam o pedido de extradição e ter sido absolvida ou ter o processo terminado com decisão de arquivamento, ou no caso de condenação ter cumprido a pena;
 - c) Estar prescrito, no momento da recepção do pedido, segundo a legislação de qualquer das Partes contratantes, o procedimento criminal ou a pena ou extinto por qualquer outro motivo;
 - d) Estar amnistiada a infracção, segundo a legislação da Parte requerente e da Parte requerida, se este tinha competência segundo a sua própria lei para a perseguir;
 - e) Ser a infracção punível com pena de morte, ou outra de que resulte lesão irreversível da integridade da pessoa;

- f) Ser a infracção punível com pena de prisão perpétua ou a que corresponda medida de segurança com carácter perpétuo;
- g) Dever a pessoa ser julgada por tribunal ou lei de excepção ou cumprir uma pena decretada por um tribunal dessa natureza;
- h) Haver fundadas razões para crer que a extradição é solicitada para fins de procedimento criminal ou de cumprimento de pena por parte de uma pessoa, em virtude da sua raça, sexo, religião, nacionalidade, língua, ou das suas convicções políticas e ideológicas, ascendência, instrução, situação económica ou condição social, ou existir risco de agravamento da situação processual da pessoa por estes motivos;
- i) Haver fundadas razões para considerar que a pessoa reclamada será sujeita a um processo que não respeite as garantias individuais estabelecidas no direito da Parte requerida;
- j) Tratar-se, de infracção de natureza política ou infracção conexa a infracção política segundo as concepções do direito da Parte requerida;
- k) Tratar-se de crime de natureza militar.

2. O disposto na alínea c) do nº 1 não obsta à cooperação em caso de reabertura do processo arquivado com fundamento previsto na lei.

3. Para efeitos do disposto na alínea j) do nº 1, não se consideram infracções de natureza política as seguintes infracções:

- a) os atentados contra a vida do Chefe do Estado, Chefe de Governo, ou dos seus familiares, de membros do Governo ou de

tribunais judiciais ou de pessoas a quem for devida especial protecção segundo o direito internacional;

- b) os actos de pirataria aérea e marítima;
- c) os actos a que seja retirada natureza de infracção política por convenções internacionais de que sejam partes os Estados contratantes ou de que seja parte o Estado requerido;
- d) o genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e infracções graves segundo as Convenções de Genebra de 1949;
- e) os actos referidos na Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adoptada pela Assembleia das Nações Unidas em 17 de Dezembro de 1984.

Artigo 5º Nacionais

1. Não haverá também lugar à extradição se a pessoa reclamada for um nacional da Parte requerida, salvo quando a Constituição dessa Parte o permita, caso em que a extradição poderá ser concedida em condições de reciprocidade.

2. Nos casos referidos na segunda parte do número anterior a extradição apenas terá lugar para fins de procedimento penal, e desde que a Parte requerente garanta a restituição da pessoa à Parte requerida para cumprimento da pena, observando-se o direito da Parte requerida aplicável à execução de sentença penal estrangeira.

3. Se, em aplicação do n.º 1 deste artigo, a Parte requerida não extraditar a pessoa reclamada, compromete-se a submeter o caso a apreciação das suas autoridades competentes, nos termos do artigo 7.º.

Artigo 6.º

Recusa de extradição

1. A extradição pode ser recusada se estiver pendente nos Tribunais da Parte requerida procedimento criminal pelos factos que fundamentam o pedido de extradição.

2. Em casos excepcionais, devidamente fundamentados, pode também ser recusada a extradição quando, tendo em conta as circunstâncias do facto, o deferimento do pedido puder, comprovadamente, implicar consequências graves para a pessoa visada em razão da idade, estado de saúde ou de outros motivos ponderosos de carácter pessoal.

Artigo 7.º

Julgamento pela Parte requerida

1. Se a extradição não puder ser concedida por se verificar algum dos fundamentos previstos nas alíneas e), f) e g) do n.º 1 do artigo 4.º, bem como no n.º 1 do artigo 5.º, a Parte requerida obriga-se a submeter o infractor a julgamento pelo Tribunal competente e em conformidade com a sua lei, pelos factos que fundamentaram, ou poderiam ter fundamentado, o pedido de extradição.

2. Para os efeitos previstos no número anterior, a Parte requerida poderá solicitar à Parte requerente, quando esta não lhos tenha enviado espontaneamente, os elementos necessários à instauração do respectivo procedimento criminal, designadamente os meios de prova utilizáveis.

Artigo 8º

Julgamento na ausência do arguido

1. Na medida em que a legislação interna o permita, pode ser concedida a extradição em caso de julgamento na ausência do arguido desde que a lei interna da Parte requerente lhe assegure a interposição de recurso ou a realização de novo julgamento após a extradição.

2. Se concedida a extradição, a Parte requerida informará a pessoa a extraditar do direito que lhe assiste nos termos do número anterior.

Artigo 9º

Regra da especialidade. Reextradição

1. Uma pessoa extraditada ao abrigo do presente Tratado não pode:
 - a) Ser perseguida, detida ou julgada, nem sujeita a qualquer outra restrição da sua liberdade pessoal no território da Parte requerente, por qualquer facto distinto do que motivou a extradição e lhe seja anterior ou contemporâneo.
 - b) Ser reextraditada para terceiro Estado.
2. Cessa a proibição constante do número anterior quando:
 - a) A Parte requerida, ouvido previamente o extraditado, der o seu consentimento, na sequência da apreciação de pedido nesse sentido apresentado e decidido nos termos previstos para o pedido de extradição;

- b) O extraditado, tendo direito e possibilidade de sair do território da Parte requerente, nele permanecer para além de quarenta e cinco dias ou aí voluntariamente regressar.

3. O disposto no nº 1 não exclui a possibilidade da Parte requerente solicitar, mediante novo pedido, a extensão da extradição a factos diferentes dos que fundamentaram o pedido anterior, pedido esse que será apresentado e instruído nos termos do presente Tratado e da legislação interna.

4. Para efeitos do presente artigo, se necessário, a Parte requerida solicita à Parte requerente o envio de declaração da pessoa já extraditada.

Artigo 10

Extradição diferida

1. Não obsta à concessão da extradição a existência em tribunais da Parte requerida de processo penal contra a pessoa reclamada ou a circunstância de esta se encontrar a cumprir pena privativa da liberdade por infracções diversas das que fundamentaram o pedido.

2. Nos casos do número anterior, pode diferir-se a entrega do extraditado para quando o processo ou o cumprimento da pena terminarem.

3. É também causa de adiamento temporário da entrega a verificação, devidamente comprovada, por perito médico, de enfermidade que ponha em perigo a vida do extraditado.

Artigo 11º

Entrega temporária

1. No caso do nº 1 do artigo anterior a pessoa reclamada, já condenada na Parte requerida, pode ser entregue temporariamente à Parte requerente, para a prática de actos processuais, designadamente o julgamento, que a mesma Parte demonstre não poderem ser adiados sem grave prejuízo para o prosseguimento da acção penal e a Parte requerente se comprometa a que, terminados esses actos, a pessoa reclamada seja restituída em quaisquer condições. Excepcionalmente, desde que isso não cause prejuízo à Parte requerida, a entrega pode efectuar-se antes daquela condenação.

2. A pessoa entregue nos termos do nº 1 continuará, todavia, delida enquanto permanecer no território da Parte requerente e será restituída à Parte requerida no prazo que esta fixar; se a mesma pessoa se encontrava a cumprir pena na Parte requerida, a execução desta considera-se suspensa desde a data em que foi entregue à Parte requerente até à sua restituição à Parte requerida.

3. É, todavia, descontada na pena da Parte requerida o período de detenção que não venha a ser computado na Parte requerente.

Artigo 12º

Pedidos de extradição concorrentes

1. No caso de haver lugar a diversos pedidos de extradição da mesma pessoa, a decisão sobre o pedido a que deva ser dada preferência tem em conta:

- a) Se os pedidos respeitarem aos mesmos factos, o local onde a infracção se consumou ou onde foi praticado o facto principal;
- b) Se os pedidos respeitarem a factos diferentes, a gravidade da infracção segundo a lei da Parte requerida, a data do pedido, a

nacionalidade ou a residência do extraditando, bem como outras circunstâncias concretas, designadamente a existência de um Tratado ou a possibilidade de reextradição entre as partes requerentes.

2. A decisão será comunicada a todos os Estados envolvidos, nos termos do nº1 do artigo 21º.

Artigo 13º

Detenção provisória

1. Em caso de urgência e como acto prévio de um pedido formal de extradição, as Partes contratantes podem solicitar a detenção provisória da pessoa a extraditar.

2. O pedido de detenção provisória indicará a existência de mandado de detenção ou decisão condenatória contra a pessoa reclamada, e conterá a promessa de formalização do pedido de extradição, bem como um resumo dos factos constitutivos da infracção, data e local onde foram cometidos, indicação dos preceitos legais aplicáveis e todos os dados disponíveis acerca da identidade, nacionalidade e localização dessa pessoa.

3. O pedido de detenção provisória será transmitido à autoridade competente da Parte requerida pela via diplomática ou, na medida em que a legislação interna o permita, directamente formulado por intermédio da Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL. Em qualquer caso, o pedido é transmitido por via postal ou telegráfica ou por qualquer outro meio que permita o seu registo por escrito, e que seja admitido pela lei de ambas as Partes contratantes.

4. A decisão sobre a detenção e a sua manutenção será tomada em conformidade com o direito da Parte requerida e comunicada imediatamente à Parte requerente.

5. Pelo meio mais rápido, a Parte requerida informará a Parte requerente do resultado dos actos praticados para a detenção, cessando a detenção provisória se o pedido de extradição não for recebido no prazo de dezoito dias após a mesma, podendo, no entanto, prolongar-se até 40 dias, se razões atendíveis, invocadas pela Parte requerente, o justificarem.

6. As Partes poderão, se a respectiva legislação o permitir, atribuir validade jurídica a meios telemáticos de transmissão do pedido, nomeadamente a telecópia.

7. A restituição à liberdade não obsta a nova detenção ou à extradição, se o pedido de extradição for recebido após o prazo referido no nº 5 do presente artigo.

8. Com o pedido de detenção provisória a Parte requerente pode solicitar a apreensão dos bens objectos ou instrumentos encontrados em poder do detido no momento da detenção.

Artigo 14º

Extradição com o consentimento do Interessado

1. Sempre que a lei da Parte requerida o permita, a pessoa detida para efeitos de extradição pode consentir na sua entrega à Parte requerente renunciando ao processo formal de extradição, depois de advertida de que tem direito a esse processo.

2. O consentimento a que se refere o número anterior deve resultar da livre determinação da pessoa reclamada e ser prestado através de declaração pessoal, nos termos da respectiva legislação interna.

3. As Partes contratantes poderão definir, em momento ulterior, e de acordo com as respectivas leis internas, as condições em que o consentimento na extradição prestado nos termos do nº 1 implicará a não observância do disposto no artigo 9º do presente Tratado.

Artigo 15º

Entrega de coisas apreendidas

1. Na medida em que a lei da Parte requerida o permita e sem prejuízo dos direitos de terceiros de boa fé, bem como os dos legítimos proprietários ou possuidores e os do Estado, quando os objectos e valores possam ser declarados perdidos a seu favor, que deverão ser devidamente respeitados, as coisas encontradas no território da Parte requerida que tenham sido adquiridas em resultado da infracção ou que possam ser necessárias como prova desta devem, se a Parte requerente o solicitar, ser-lhe entregues caso a extradição seja concedida.

2. A entrega das coisas referidas no número anterior será feita mesmo que a extradição, tendo sido concedida, não se efective, nomeadamente por fuga ou morte da pessoa reclamada.

3. É ressalvada a possibilidade de remessa diferida ou sob condição.

Artigo 16º

Fuga do extraditado

O extraditado que, depois de entregue à Parte requerente, se evadir antes de extinto o procedimento criminal ou de extinta a pena e voltar a ou for encontrado

no território da Parte requerida, será de novo detido e entregue à Parte requerente, mediante mandado de detenção enviado da autoridade competente, salvo no caso ter havido violação das condições em que a extradição foi concedida.

Artigo 17º

Tramitação do pedido

Os pedidos de extradição, bem como toda a correspondência com os mesmos relacionada, são transmitidos pela via diplomática ou, na medida em que a sua legislação o permita, directamente através da autoridade competente para o efeito designada na lei interna das Partes contratantes, e ulteriormente comunicada entre as mesmas.

Artigo 18º

Conteúdo e instrução do pedido de extradição

1. O pedido de extradição deve incluir:
 - a) A autoridade de que emana e a autoridade a quem se dirige, podendo esta designação ser feita em termos gerais;
 - b) O objecto e motivo do pedido;
 - c) A qualificação jurídica dos factos que motivam o procedimento;
 - d) A identificação da pessoa cuja extradição se requer, com menção expressa da sua nacionalidade;
 - e) Uma descrição dos factos e a sua localização no tempo e no espaço

- f) O texto das disposições legais aplicáveis no Estado requerente relativas à infracção e à pena correspondente;
 - g) Demonstração de que, no caso concreto, a pessoa a extraditar está sujeita à jurisdição penal do Estado requerente;
 - h) Prova, no caso de infracção cometida em terceiro Estado, de que este não reclama o extraditando por causa desta infracção;
 - i) Garantia formal de que a pessoa extraditada não será reextraditada para terceiro Estado, nem detida para procedimento penal, para cumprimento de pena ou para outro fim, por factos diversos dos que fundamentaram o pedido e que lhe seja anteriores ou contemporâneos;
 - j) Sendo caso disso, a informação, nos casos de condenação em processo de ausentes, de que a pessoa reclamada pode recorrer da decisão ou requerer novo julgamento após a efectivação da extradição.
2. Ao pedido de extradição devem ser juntos os elementos seguintes:
- a) Mandado de detenção da pessoa reclamada, emitido pela autoridade competente, ou de qualquer decisão dotada da mesma força, emitida na forma prescrita pela lei da Parte requerente;
 - b) Certidão ou cópia autenticada da decisão que ordenou a expedição do mandado de detenção, no caso de extradição para procedimento penal;
 - c) Certidão ou cópia autenticada da decisão condenatória, no caso de extradição para cumprimento de pena, bem como documento

comprovativo da pena a cumprir, se esta não corresponder à duração da pena imposta na decisão condenatória;

- d) Cópia dos textos legais relativos à prescrição do procedimento penal ou da pena, conforme o caso;
- e) Declaração da autoridade competente relativo a actos que tenham suspenso ou interrompido o prazo da prescrição, segundo a lei do Estado requerente;
- f) Sendo caso disso, cópia dos textos legais relativos à possibilidade de recurso da decisão ou de efectivação de novo julgamento no caso de condenação em processo de ausentes;
- g) O pedido de aplicação de medidas cautelares de conservação de bens, objectos ou instrumentos que se encontram em poder da pessoa reclamada no momento da sua detenção, ou descobertos posteriormente, que possam servir como prova no processo penal do Estado requerente.

Artigo 19º

Elementos complementares

1. Quando o pedido estiver incompleto ou não vier acompanhado de elementos suficientes para permitir à Parte requerida uma decisão, pode esta solicitar que lhe sejam fornecidos elementos ou informações complementares, no prazo que estipular.

2. O não envio dos elementos ou informações não obsta a que a Parte requerente prossiga o pedido de extradição logo que obtidos esses elementos, podendo haver lugar a nova detenção, nos termos do nº 7 do artigo 13º do presente Tratado.

3. Se uma pessoa, que se encontre detida em virtude de um pedido de extradição, for libertada pelo facto de a Parte requerente não ter apresentado os elementos complementares nos termos do número 1 do presente artigo, a Parte requerida deverá notificar a Parte requerente, logo que possível, da decisão tomada.

Artigo 20º

Detenção do extraditando

1. As Partes contratantes obrigam-se a adoptar todas as medidas necessárias para assegurar a sua efectivação, inclusive a procurar e a deter a pessoa reclamada.

2. A detenção da pessoa reclamada, desde a recepção do pedido de extradição até à sua entrega à Parte requerente, reger-se-á pela lei interna da Parte requerida.

Artigo 21º

Comunicação da decisão e entrega e remoção do extraditando

1. A Parte requerida informará a Parte requerente, no mais curto prazo possível, da decisão sobre o pedido de extradição, indicando, em caso de recusa total ou parcial, os motivos dessa recusa.

2. Sendo concedida a extradição, a Parte requerida informará a Parte requerente do local e da data da entrega da pessoa reclamada e da duração da detenção por ela sofrida.

3. A Parte requerente deverá remover a pessoa da Parte requerida dentro de um prazo razoável fixado por esta última, não superior a quarenta dias.

4. O prazo referido no número anterior é prorrogável na medida exigida pelo caso concreto, quando razões de força maior comunicadas entre as Partes contratantes, nomeadamente doença verificada por perito médico, a qual ponha em perigo a vida do extraditado, impedirem a remoção dentro desse prazo.

5. Decorrido o prazo referido nos n.ºs. 3 e 4 sem que alguém se apresente a receber o extraditado, será o mesmo restituído à liberdade.

6. A Parte requerida pode recusar-se a extraditar a pessoa que não tenha sido removida no prazo referido neste artigo.

Artigo 22º

Trânsito

1. O trânsito, pelo território de qualquer das Partes contratantes, de pessoa que não seja nacional dessa Parte e tenha sido extraditada para a outra por um terceiro Estado, será facultado desde que não se oponham motivos de ordem pública e se trate de infracção justificativa de extradição nos termos deste Tratado.

2. O pedido de trânsito é transmitido por qualquer das vias referidas no artigo 17º do presente Tratado, deve identificar o extraditado e conter a informação relativa aos elementos referidos no n.º 2 do artigo 13º do presente Tratado.

3. Competirá às autoridades do Estado de trânsito manter sob prisão ou detenção o extraditado, enquanto este permanecer no seu território.

4. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, se for utilizado transporte aéreo e não estiver prevista uma aterragem no território de uma das Partes é suficiente uma comunicação da Parte interessada.

Artigo 23º

Despesas

1. Ficam a cargo da Parte requerida as despesas causadas pela extradição até à entrega do extraditado à Parte requerente.
2. Ficam a cargo da Parte requerente:
 - a) As despesas com a remoção do extraditado de um Estado para o outro;
 - b) As despesas causadas pelo trânsito do extraditado;
 - c) As despesas decorrentes do envio de coisas apreendidas.
3. Mediante acordo entre as Partes contratantes, pode derogar-se o disposto no número anterior.

Artigo 24º

Língua

1. Os pedidos de extradição e documentos que os instruem, bem como outras comunicações, feitos em conformidade com as disposições do presente Tratado, serão escritos na língua da Parte requerente e acompanhados de uma tradução na língua da Parte requerida.
2. As Partes contratantes podem, no entanto, acordar na utilização apenas da respectiva língua para a troca dos elementos referidos no número anterior.

Artigo 25°
Resolução de dúvidas

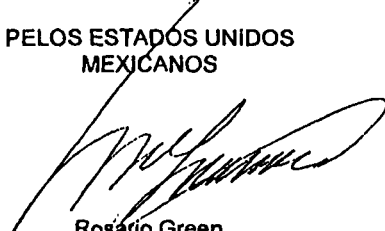
Quaisquer dúvidas ou dificuldades resultantes da aplicação ou interpretação do presente Tratado serão resolvidas por consulta entre as Partes contratantes.

Artigo 26°
Entrada em vigor e denúncia

1. O presente Tratado está sujeito a ratificação.
2. O Tratado entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte àquele em que tiver lugar a troca dos instrumentos de ratificação e manter-se-á em vigor enquanto não for denunciado por uma das Partes. Os seus efeitos cessam seis meses após o dia da recepção da denúncia.
3. O presente Tratado aplica-se aos pedidos formulados após a sua entrada em vigor, independentemente da data da prática dos factos.

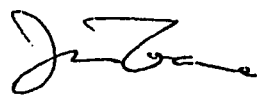
Assinado em Lisboa, aos vinte de Outubro de mil novecentos e noventa e oito, em dois originais em língua espanhola e portuguesa, ambos fazendo igualmente fé.

PELOS ESTADOS UNIDOS
MEXICANOS



Rosario Green
Secretária das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA PORTUGUESA



Jaime Gama
Ministro dos Negócios Estrangeiros

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

TRATADO DE EXTRADICION ENTRE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS Y LA REPUBLICA PORTUGUESA

Los Estados Unidos Mexicanos y la República Portuguesa, en adelante denominadas "las Partes";

Deseando hacer más eficaz la cooperación entre los dos Estados en lo que respecta al combate a la delincuencia, a través de la celebración de un Tratado de Extradición de Personas, para fines del procedimiento penal o para el cumplimiento de penas privativas de la libertad;

Reafirmando lo dispuesto por cada uno de sus sistemas legales y respectivas instituciones judiciales;

Han acordado lo siguiente:

Artículo 1 Obligación de extraditar

Las Partes Contratantes acuerdan la extradición recíproca de personas que se encuentren en sus territorios, en los términos de las disposiciones del presente Tratado.

Artículo 2 Fin y fundamento de la extradición

1. La extradición puede tener lugar para fines de procedimiento penal o para el cumplimiento de penas privativas de la libertad, respecto de hechos cuyo juzgamiento sea de la competencia de los tribunales de la Parte requerente.

2. Para cualquiera de estos efectos, será admisible la extradición de una persona reclamada en el caso de un delito, aún por tentativa, punible por las leyes de ambas Partes con pena, privativa de libertad cuya duración máxima no sea menor a un año.

3. Cuando la extradición sea pedida para el cumplimiento de una pena privativa de la libertad, podrá ser concedida, si la duración de la pena aún por cumplir no es inferior a seis meses.

4. Si la solicitud de extradición se refiere a hechos que incluyan varios tipos legales y alguno o algunos no incluyeran la condición relativa al límite mínimo de la pena podrá la Parte requerida conceder la extradición también por estos hechos.

5. Para los fines del presente artículo, la determinación de los delitos según las leyes de ambas Partes contratantes:

- a) No importará que las leyes de las Partes contratantes califiquen en forma diferente los elementos constitutivos del delito o utilicen una misma o diferente terminología legal;
- b) Todos los hechos imputados a la persona cuya extradición ha sido solicitada serán considerados, siendo irrelevante la circunstancia de ser o no diferentes los elementos constitutivos del delito según las leyes de las Partes contratantes.

6. La extradición por delitos en materia fiscal, de derechos aduaneros y de control de cambios procederá bajo las condiciones previstas en el presente Tratado.

Artículo 3
Aplicación territorial

El presente Tratado se aplica a todo el territorio bajo la jurisdicción de las Partes contratantes, incluido el espacio aéreo y las aguas territoriales, así como los buques o aeronaves matriculados en cada una de las Partes en los términos del derecho internacional.

Artículo 4
Inadmisibilidad de extradición

1. No habrá extradición en los siguientes casos:
 - a) Por haber sido cometido el delito en territorio de la Parte requerida;
 - b) Por haber sido la persona reclamada enjuiciada definitivamente por los tribunales de la Parte requerida o por un tercer Estado por los hechos en que se basa la solicitud de extradición, o haber sido absuelta, o por haberse archivado el expediente como concluido, o en el caso de ser requerido para ejecución de sentencia por haberse cumplido ésta;
 - c) Por estar prescrita, al momento de la recepción de la solicitud, la acción penal o la pena, o extinta por cualquier otro motivo de acuerdo a la legislación de cualquiera de las Partes contratantes;
 - d) Si, de conformidad con la ley de la Parte requirente y de la Parte requerida, la persona cuya extradición se solicita esta libre de procesamiento o castigo por amnistía, siempre y cuando éstas tengan competencia conforme a su legislación para perseguir el delito;

- e) Por ser el delito punible con la pena de muerte u otra de la que resulte lesión irreversible a la integridad de la persona;
- f) Por ser el delito punible con pena de prisión perpetua u otra a la que le corresponda una medida de seguridad con carácter perpetuo;
- g) Para que la persona requerida sea juzgada por tribunal o leyes de excepción o para que cumpla una pena impuesta por un tribunal de esa naturaleza;
- h) Por haber razones fundadas para suponer que la solicitud de extradición, para fines de procedimiento penal o para la ejecución de una pena por parte de la persona requerida, es a causa de su raza, sexo, religión, nacionalidad, lengua o de sus convicciones políticas e ideológicas, o por su nivel educativo, ascendencia, situación económica o social o por existir riesgo de agravamiento de la situación procesal de la persona por estos motivos;
- i) Por haber razones fundadas para considerar que la persona requerida será sujeta a un proceso en el que no se respeten las garantías individuales establecidas en el derecho de la Parte requerida;
- j) Por tratarse de delitos considerados de naturaleza política o delitos conexos a delitos políticos según la concepción del derecho de la Parte requerida;
- k) Por tratarse de delitos de naturaleza militar.

2. Lo dispuesto en el inciso c) del numeral 1 no será obstáculo para la cooperación en el caso de la reapertura de un proceso concluido con fundamento previsto en la ley.

3. Para efectos de lo dispuesto por el inciso j) del numeral 1 del presente artículo no se considerarán delitos de naturaleza política los siguientes delitos:

- a) El atentado contra la vida de un Jefe de Estado, Jefe de Gobierno, o de sus familiares, de miembros de un gobierno o de tribunales judiciales, o de personas a quienes corresponde protección especial según el derecho internacional.
- b) Los actos de piratería aérea o marítima;
- c) Los actos a los que convenciones internacionales de las cuales sean partes los Estados contratantes o de las que sea parte el Estado requerido se le haya retirado la naturaleza de delitos políticos;
- d) El genocidio, los crímenes contra la humanidad, los crímenes de la guerra y delitos graves de acuerdo con las Convenciones de Ginebra de 1949;
- e) Los actos referidos en la Convención contra la Tortura y otras Penas o Tratamientos Crueles, Inhumanos o Degradantes, adoptada por la Asamblea General de las Naciones Unidas el 17 de diciembre de 1984.

Artículo 5
Nacionales

1. Tampoco habrá lugar a la extradición si la persona reclamada es nacional de la Parte requerida, excepto cuando la Constitución de esa Parte lo permita, caso en el cual la extradición podrá ser concedida en condiciones de reciprocidad.

2. En los casos a los que se refiere la segunda parte del numeral anterior la extradición únicamente tendrá lugar para fines de procedimiento penal y siempre que la Parte requirente garantice la restitución de la persona a la Parte requerida para el cumplimiento de la extinción de la pena, observándose el derecho de la Parte requerida aplicable para la ejecución de la sentencia penal extranjera.

3. Si en aplicación del numeral 1 del presente artículo, la Parte requerida deniega la extradición de la persona reclamada, se compromete a someter el caso a la consideración de sus autoridades competentes, en los términos del artículo 7.

Artículo 6
Denegación de extradición

1. La extradición puede ser denegada por estar pendiente ante los Tribunales de la Parte requerida un procedimiento penal en contra de la persona reclamada por los mismos hechos en que se basa la solicitud de extradición.

2. En casos excepcionales, debidamente fundamentados, puede ser también rehusada la extradición cuando, teniendo en cuenta las circunstancias del hecho, la anuencia a la solicitud pueda, comprobadamente implicar consecuencias graves, para la persona requerida en razón de edad, estado de salud u otros motivos de fuerza mayor de carácter personal.

Artículo 7

Enjuiciamiento por la Parte requerida

1. Si la extradición no puede ser concedida por verificarse alguno de los fundamentos de los incisos e), f) y g) del numeral 1 del artículo 4, así como del numeral 1 del artículo 5, la Parte requerida se obliga a someter a la persona cuya extradición ha sido denegada a su enjuiciamiento por Tribunal competente y de conformidad con su legislación por los hechos en que se basaron, o pudiera haber fundamentado, la solicitud de extradición.

2. Para los efectos del numeral anterior, la Parte requerida podrá solicitar a la Parte requirente, cuando ésta no la haya enviado previamente, los elementos necesarios para la instrucción del respectivo procedimiento penal, particularmente los medios de prueba utilizables.

Artículo 8

Juicio en ausencia del requerido

1. En la medida en que la legislación interna lo permita, podrá ser concedida la extradición en casos de enjuiciamiento en ausencia del requerido siempre que la ley interna de la Parte requirente asegure la interposición de recurso o la realización de un nuevo juicio después de la extradición.

2. Si se concede la extradición, la Parte requerida informará a la persona a extraditar el derecho que le asiste en los términos del numeral anterior.

Artículo 9

Regla de especialidad. Reextradición

1. Una persona extraditada bajo el presente Tratado no podrá:

- a) Ser perseguida, detenida o juzgada, ni sujeta a cualquier otra restricción de su libertad personal en el territorio de la Parte requirente, por cualquier hecho distinto del que motivó la extradición y sea anterior o simultáneo.
 - b) Ser reextraditada a un tercer Estado.
2. La prohibición establecida en el numeral anterior cesará:
- a) Si la Parte requerida, habiendo escuchado previamente al extraditado, diera su consentimiento en la secuencia de atención de la solicitud presentada en ese sentido y decidida en los términos previstos para la solicitud de extradición.
 - b) Si la persona extraditada teniendo el derecho y la posibilidad de salir del territorio de la Parte requirente permanece más de cuarenta y cinco días o regresa voluntariamente.

3. Lo dispuesto en el numeral 1 no excluye la posibilidad para la Parte requirente de solicitar mediante una nueva solicitud la ampliación de la extradición a hechos diferentes de los que fundamentaron la petición anterior, la solicitud será presentada e instruida en los términos del presente Tratado y de la legislación interna.

4. Para los efectos del presente artículo, será necesario que la Parte requerida solicite a la Parte requirente el envío de la declaración de la persona extraditada.

Artículo 10 **Extradición diferida**

1. No será impedimento para conceder la extradición, la existencia de un proceso penal en los tribunales de la Parte requerida en contra de la persona reclamada

o la circunstancia de que ésta se encuentre extinguiendo una pena privativa de libertad por delitos diversos de los que fundamenta la solicitud.

2. En los casos del numeral anterior se podrá diferir la entrega del extraditable hasta que el proceso o la extinción de la pena concluyan.

3. También será causa de aplazamiento temporal de la entrega la existencia debidamente comprobada por perito médico de una enfermedad que ponga en peligro la vida del extraditable.

Artículo 11

Entrega temporal

1. En el caso del numeral 1 del artículo anterior la persona reclamada, sentenciada por la Parte requerida podrá ser entregada temporalmente a la Parte requirente para la práctica de actos procesales, particularmente el enjuiciamiento, y que esa misma Parte demuestre que no pudieran ser aplazados sin un grave perjuicio para el procedimiento penal, y la Parte requirente se comprometa a que concluidos esos actos, la persona reclamada será restituida bajo cualesquiera condiciones. Excepcionalmente y siempre que no se cause perjuicio a la Parte requerida, la entrega pueda efectuarse antes de la sentencia.

2. La persona entregada en los términos del numeral 1 continuará bajo custodia en tanto permanezca en el territorio de la Parte requirente y será restituida a la Parte requerida en el plazo que ésta fije; si la persona se encontrara cumpliendo una sentencia en la Parte requerida, la ejecución de ésta se considerará suspendida desde la fecha en que fue entregada a la Parte requirente hasta que sea restituida a la Parte requerida.

3. Será abonada a la pena de la parte requerida el tiempo que haya estado bajo custodia que no sea abonada en la Parte requirente.

Artículo 12

Solicitudes de extradición concurrentes

1. En caso de haber diversas solicitudes de extradición de la misma persona, la decisión sobre la solicitud a la que deba de darse preferencia tomará en cuenta:

- a) Si las solicitudes se refieren a los mismos hechos, el lugar donde el delito se consumó o donde fue realizado el hecho principal;
- b) Si las solicitudes se refieren a hechos distintos, la gravedad del delito conforme a la legislación de la Parte requerida, la fecha de la solicitud, la nacionalidad o lugar de residencia del presunto extraditado, así como otras circunstancias, especialmente la existencia de un Tratado o la posibilidad de reextradición entre las Partes requirentes.

2. La decisión será comunicada a todos los Estados involucrados, en los términos del numeral 1 del artículo 21.

Artículo 13

Detención provisional

1. En caso de urgencia y como acto previo a una solicitud formal de extradición, las Partes contratantes podrán solicitar la detención provisional de una persona con fines de extradición.

2. La solicitud de detención provisional indicará la existencia de una orden de aprehensión o de una sentencia condenatoria en contra de la persona reclamada y contendrá la promesa de formalizar el pedido de extradición, así como un resumen de

los hechos constitutivos del delito, fecha y lugar donde fueron cometidos, indicando los preceptos legales aplicables y todos los datos disponibles sobre su identificación, nacionalidad y localización.

3. La solicitud de detención provisional será transmitida a la autoridad competente de la Parte requerida por la vía diplomática, y en la medida que su legislación lo permita, podrá ser directamente formulada a través de la Organización Internacional de policía Criminal INTERPOL. Asimismo, la solicitud podrá ser transmitida por la vía postal o telegráfica o por cualquier otro medio que permita su registro y que sea permitido por las leyes de ambas Partes contratantes.

4. La decisión sobre la detención será tomada de conformidad con el derecho de la Parte requerida y comunicada inmediatamente a la Parte requirente.

5. Por el medio más rápido, la Parte requerida comunicará a la Parte requirente el resultado de los actos practicados para la detención. La detención provisional se levantará si la solicitud formal de extradición no es recibida en un plazo de dieciocho días a partir de la detención provisional pudiendo, no obstante, prolongarse hasta por cuarenta días si las razones de la Parte requirente lo justifican.

6. Las Partes podrán, si sus respectivas legislaciones lo permiten, atribuir validez jurídica a los medios telemáticos de transmisión, particularmente el telefacsimil.

7. El levantamiento de la detención provisional del requerido no impedirá su detención con fines de extradición, si la solicitud formal de extradición es recibida después del plazo a que se refiere el numeral 5 del presente artículo.

8. Al formular la solicitud de detención provisional la Parte requirente podrá solicitar el secuestro de bienes, objetos o instrumentos encontrados en poder del detenido al momento de su detención.

Artículo 14

Extradición con el consentimiento del interesado

1. Siempre que la legislación de la Parte requerida lo permita, la persona detenida con fines de extradición podrá dar su consentimiento en ser entregada a la Parte requirente renunciando al procedimiento formal de extradición después de ser advertida de que tiene derecho a dicho procedimiento.

2. El consentimiento a que se refiere el numeral anterior debe resultar de la libre determinación de la persona reclamada y otorgado a través de declaración personal en los términos de la respectiva legislación interna de la Parte requerida.

3. Las partes contratantes podrán definir, posteriormente, y de acuerdo con sus respectivas legislaciones internas, las condiciones bajo las cuales el consentimiento otorgado por la persona requerida en los términos del numeral 1 implicaría dejar sin efecto lo dispuesto por el artículo 9 del presente Tratado.

Artículo 15

Entrega de objetos

1. En la medida en que la legislación de la Parte requerida lo permita, y sin perjuicio de los derechos de terceros de buena fe, así como de sus legítimos propietarios o poseedores y los del Estado, cuando los objetos y valores puedan ser declarados decomisados a su favor, deberán ser debidamente respetados los objetos encontrados en el territorio de la Parte requerida que hayan sido adquiridos como resultado del delito o que puedan ser necesarios como prueba de éste, y deberán ser entregados en el caso de que la extradición sea concedida si la Parte requirente lo solicita.

2. La entrega de los objetos y valores en el numeral anterior será efectuada aunque la extradición, habiendo sido concedida, no se lleve a cabo, concretamente por muerte o fuga de la persona reclamada.

3. Está prevista la posibilidad de envío diferido o condicionado.

Artículo 16
Fuga del extraditado

Si el extraditado, después de ser entregado a la Parte requirente, se evade antes de concluir el procedimiento penal o de extinguir la pena y volviera a ser encontrado en el territorio de la Parte requerida, será nuevamente detenido y entregado a la Parte requirente, mediante orden de aprehensión enviada por la autoridad competente, excepto en el caso de violación a las condiciones en que fue concedida la extradición.

Artículo 17
Tramitación de la solicitud

Las solicitudes de extradición, así como toda documentación relacionada con la misma, será transmitida por la vía diplomática y en la medida que su legislación lo permita, directamente a través de la autoridad competente para el efecto designada por la ley interna de las Partes contratantes y posteriormente comunicada entre las mismas.

Artículo 18
Contenido e Instrucción de la solicitud de extradición

1. El pedido de extradición deberá contener:

- a) El nombre de la autoridad de que emana y de la autoridad a la que va dirigida, pudiendo esta designación ser hecha en términos generales;
- b) El objeto y motivo de la solicitud;
- c) La calificación jurídica de los hechos que motivan el procedimiento;
- d) La identificación de la persona cuya extradición es solicitada, con la mención expresa de su nacionalidad;
- e) Una descripción de los hechos y su localización en el tiempo y lugar;
- f) El texto de las disposiciones legales aplicables del Estado requirente relativas al delito y la pena correspondiente;
- g) La prueba de que en el caso concreto, la persona está sujeta a la jurisdicción del Estado requirente;
- h) Prueba, en el caso de que el delito hubiese sido cometido en un tercer Estado, de que el requerido no ha sido reclamado o extraditado por causa de ese delito;
- i) Garantía formal de que la persona extraditada no será reextraditada a un tercer Estado, ni detenido para procedimiento penal o para la extinción de una pena o para otro fin, por hechos diversos de los que fundamentaron la solicitud y que sean anteriores o contemporáneas a la misma;
- j) En su caso, la información, en casos de sentencias derivadas de juicios en ausencia, de que la persona reclamada podrá recurrir la

sentencia o solicitar nuevo enjuiciamiento después de efectuada la extradición.

2. La solicitud de extradición deberá ser acompañada de lo siguiente:
 - a) La orden de aprehensión en contra de la persona reclamada, emitida por la autoridad competente, o cualquier otra resolución que tenga la misma fuerza, emitida en la forma prescrita por la legislación de la Parte requirente.
 - b) Certificación o copia autenticada de la decisión que ordena la expedición de la orden de aprehensión, en los casos de solicitudes de extradición para procedimiento penal.
 - c) Certificación o copia autenticada de la sentencia condenatoria, en los casos de solicitudes de extradición para ejecución de sentencia, así como una constancia que indique la pena a extinguir, si no corresponde a la duración de la pena impuesta en la sentencia condenatoria.
 - d) Copia de los textos legales relativos a la prescripción de la acción penal o de la pena, según sea el caso.
 - e) Declaración de la autoridad competente relativa a los actos que hayan suspendido o interrumpido el plazo de prescripción, de acuerdo a la ley de Estado requirente.
 - f) En su caso, copia de los textos legales relativos a las posibilidades de interponer recurso o de efectuar un nuevo enjuiciamiento en el caso de sentenciados en procedimientos de ausentes.

- g) La solicitud de adopción de medidas cautelares para la conservación de bienes, objetos o instrumentos que se encuentren en poder de la persona reclamada al momento de su detención o descubiertos posteriormente que puedan servir como prueba en el proceso penal en el Estado requirente.

Artículo 19

Elementos complementarios

1. Si la solicitud estuviese incompleta o no viniera acompañada de elementos suficientes que permitan a la Parte requerida tomar su decisión, ésta podría solicitar que le sean suministrados elementos o información complementaria, en el plazo establecido por la Parte requerida.

2. La falta de elementos o información no será obstáculo para que la Parte requirente prosiga con la solicitud de extradición una vez obtenidos esos elementos, pudiendo tener lugar una nueva detención en los términos del numeral 7 del artículo 13 del presente Tratado.

3. Si una persona que se encuentre detenida en virtud de una solicitud de extradición, es puesta en libertad por el hecho de que la Parte requirente no haya presentado los elementos complementarios en los términos del numeral 1 del presente artículo, la Parte requerida deberá notificar a la Parte requirente, tan pronto sea posible, la decisión tomada.

Artículo 20

Detención del extraditabile

1. Las Partes contratantes, se obligan a adoptar todas las medidas necesarias para asegurar su efectividad, inclusive a buscar y detener a la persona reclamada.

2. La detención de la persona reclamada, desde la recepción de la solicitud de extradición hasta su entrega a la Parte requirente, se regirá por la ley interna de la Parte requerida.

Artículo 21

Comunicación de la decisión de entrega y remoción del extraditable

1. La Parte requerida comunicará a la Parte requirente, en el más corto plazo posible, la decisión sobre la solicitud de extradición, indicando en el caso de denegación total o parcial, los motivos de la denegación.

2. De ser concedida la extradición, la Parte requerida comunicará a la Parte requirente el lugar y fecha de entrega de la persona reclamada así como el tiempo en que haya permanecido detenida.

3. La Parte requirente deberá llevar fuera del territorio de la Parte requerida a la persona reclamada dentro de un plazo razonable fijado por la Parte requerida, que no excederá de cuarenta días.

4. El plazo a que se refiere el numeral anterior podrá ser prorrogado en la medida que lo exija el caso concreto, cuando por razones de fuerza mayor comunicadas entre las Partes contratantes, particularmente enfermedad verificada por perito médico que ponga en peligro la vida del extraditable, impidieran su remoción dentro de ese plazo.

5. Transcurrido el plazo a que se refieren los numerales 3 y 4 sin que alguien se presente a recibir al extraditable, será puesto en libertad.

6. La Parte requerida podrá rehusar a extraditar a la persona que no haya sido removida en el plazo a que se refiere este artículo.

Artículo 22

Tránsito

1. El tránsito, por el territorio de cualquiera de las Partes, de una persona que no sea nacional de esa Parte y haya sido extraditada por la otra para ser entregada a un tercer Estado, será autorizado en caso de que no opongan motivos de orden público y se trate de un delito que da lugar a la extradición en los términos del presente Tratado.

2. La solicitud de tránsito será transmitida por cualquiera de las vías referidas en el artículo 17 del presente Tratado, deberá identificar al extraditado y contener la información relativa a los elementos referidos en el numeral 2 del artículo 13 del presente Tratado.

3. Corresponderá a las autoridades del Estado Tránsito la custodia de la persona mientras permanezca en su territorio.

4. Sin perjuicio de lo dispuesto por el numeral 1, si fuese utilizada transportación aérea y no estuviese previsto un aterrizaje en el territorio de una de las Partes será suficiente una comunicación de la Parte interesada.

Artículo 23

Gastos

1. Los gastos ocasionados por la extradición hasta la entrega del extraditable a la Parte requirente serán a cargo de la Parte requerida.

2. Serán a cargo de la Parte requirente:
 - a) Los gastos de la remoción del extraditado de un Estado a otro;
 - b) Los gastos ocasionados por el tránsito del extraditado;
 - c) El gasto del envío de los objetos secuestrados.

3. Mediante acuerdo entre las Partes contratantes podrá derogarse lo dispuesto en el numeral anterior.

Artículo 24

Idioma

1. Las solicitudes de extradición y los documentos que la acompañen, así como comunicaciones, proporcionados de conformidad con las disposiciones del presente Tratado, serán presentadas en el idioma de la Parte requirente y acompañados de una traducción al idioma de la Parte requerida.

2. Las Partes contratantes podrán, sin embargo, acordar la utilización de su respectivo idioma para el envío de los documentos referidos en el numeral anterior.

Artículo 25

Solución de controversias

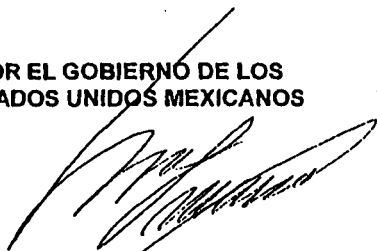
Cualquier duda o dificultad resultante de la aplicación o interpretación del presente Tratado será resuelta por consulta entre las Partes contratantes.

Artículo 26
Entrada en vigor y denuncia

1. El presente Tratado está sujeto a ratificación.
2. El Tratado entrará en vigor el primer día del segundo mes siguiente a aquel en que tenga lugar el canje de los instrumentos de ratificación y continuará en vigor en tanto no sea denunciado por una de las Partes. Sus efectos cesarán seis meses después del día de recepción de la denuncia.
3. El presente Tratado se aplicará a las solicitudes formuladas después de su entrada en vigor, independientemente de la fecha en que hayan ocurrido los hechos.

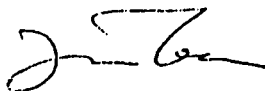
Firmado en Lisboa, el veinte de octubre de mil novecientos noventa y ocho, en dos ejemplares originales en los idiomas español y portugués, ambos textos auténticos.

**POR EL GOBIERNO DE LOS
ESTADOS UNIDOS MEXICANOS**



Rosario Green
**Secretaría de Relaciones
Exteriores**

**POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA PORTUGUESA**



Jaime Gama
Ministro de Negocios Extranjeros

[TRANSLATION — TRADUCTION]

EXTRADITION TREATY BETWEEN THE UNITED MEXICAN STATES
AND THE PORTUGUESE REPUBLIC

The United Mexican States and the Portuguese Republic, hereinafter referred to as "the Parties",

Desirous of making more effective the cooperation of the two States in the control of crime by concluding a treaty on extradition for the purposes of criminal proceedings or enforcement of sentences of imprisonment,

Reaffirming the provisions of their respective legal systems and judicial institutions,
Have agreed as follows:

Article 1. Obligation to extradite

Each Contracting Party agrees to extradite to the other, subject to the provisions of this Treaty, persons who are in its territory.

Article 2. Purpose of and grounds for extradition

1. Extradition may be granted for the purposes of criminal proceedings or enforcement of sentences of imprisonment in respect of acts whose prosecution is within the jurisdiction of the courts of the requesting Party.

2. For either of these purposes, extradition shall be granted if a person is wanted for an offence, including an attempted offence, punishable under the laws of both Parties by imprisonment for a maximum period of at least one year.

3. When extradition is sought in order to enforce a sentence of imprisonment, it may be granted if a period of at least six months of such sentence remains to be served.

4. If the request for extradition refers to acts that cover several categories of offence not all of which contain the provision regarding the minimum term of the punishment, the requested Party may also grant extradition for such acts.

5. For the purposes of this article and the determination of offences under the laws of both Contracting Parties:

(a) It shall not matter whether the laws of the Contracting Parties denominate the constituent elements of the offence differently or use the same or different legal terminology;

(b) All the acts alleged against the person whose extradition has been requested shall be taken into account, it being irrelevant whether or not the constituent elements of the offence differ under the laws of the Contracting Parties.

6. Extradition for offences relating to taxation, customs duties and exchange control shall be granted under the conditions established in this Treaty.

Article 3. Territorial application

This Treaty shall apply to all the territory under the jurisdiction of the Contracting Parties, including airspace and territorial waters and vessels and aircraft registered in either of the Parties under the terms of international law.

Article 4. Inadmissibility of extradition

1. Extradition shall not be granted in the following cases:

- (a) If the offence was committed in the territory of the requested Party;
- (b) If a final judgement against the person sought has been rendered by the courts of the requested Party or a third State in respect of the acts on which the extradition request is based, or if that person has been acquitted, or if the case has been closed, or if the sentence for which the person is sought has already been served;
- (c) If, at the time the request is received, the prosecution or punishment has lapsed owing to time limitation, or for any other reason, under the law of either Contracting Party;
- (d) If, pursuant to the law of the requesting Party and the requested Party, the person whose extradition is requested has become immune from prosecution or punishment owing to an amnesty, provided that both Parties have jurisdiction to prosecute the offence under their legislation;
- (e) If the offence carries the death penalty or any other punishment that would cause irreversible harm to the person;
- (f) If the offence carries a sentence of life imprisonment or any other punishment that involves a security measure for life;
- (g) To enable the person sought to be tried by an extraordinary court or under extraordinary laws or to serve a sentence imposed by an extraordinary court;
- (h) If there are substantial grounds for believing that the request for extradition, for the purposes of criminal proceedings or the service of a sentence, has been made on account of the person's race, sex, religion, nationality, language, political opinions, ideological beliefs, level of education, descent or economic or social situation, or that that person's position may be prejudiced for any of those reasons;
- (i) If there are substantial grounds for believing that the person sought will be subject to proceedings in which the individual guarantees established in the law of the requested Party will not be respected;
- (j) If, according to the requested Party's understanding of the law, the offences are considered to be of a political nature or related to political offences;
- (k) If the offences are of a military nature.

2. The provisions of paragraph 1 (c), shall not preclude cooperation in the case of the re-opening of proceedings that had been closed on grounds provided for in the law.

3. For the purposes of paragraph 1 (j), the following offences shall not be considered offences of a political nature:

(a) An attempt on the life of a Head of State or Government or member of his family or members of Government or courts of law, or persons to whom special protection is granted under international law;

(b) The unlawful seizure of an aircraft or vessel;

(c) Acts which, according to international conventions to which the Contracting States are parties or to which the requested State is a party, are no longer political offences;

(d) Genocide, crimes against humanity, war crimes and serious crimes under the 1949 Geneva Conventions;

(e) The acts referred to in the Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment, adopted by the General Assembly of the United Nations on 17 December 1984.

Article 5. Nationals

1. Extradition shall not be granted if the person sought is a national of the requested Party, unless the Constitution of that Party so permits, in which case extradition may be granted under conditions of reciprocity.

2. In the cases referred to in the second part of the preceding paragraph, extradition shall be granted only for the purposes of criminal proceedings and only if the requesting Party guarantees that the person will be returned to the requested Party in order to serve the remainder of the sentence, pursuant to the law of the requested Party applicable to the enforcement of a foreign prison sentence.

3. If, pursuant to paragraph 1 of this article, the requested Party refuses to extradite the person sought, that Party undertakes to submit the case for consideration to its competent authorities, under the terms of article 7.

Article 6. Refusal of extradition

1. Extradition may be refused if criminal proceedings are pending before the courts of the requested Party against the person sought in respect of the acts on which the request for extradition is based.

2. In exceptional and duly justified cases, extradition may also be refused when, in view of the circumstances of the act, it can be demonstrated that consent to the request would involve serious consequences for the person sought because of age, health or other personal circumstances.

Article 7. Prosecution by the requested Party

1. If extradition cannot be granted owing to the existence of one of the grounds stipulated in article 4, paragraphs 1 (e), (f) and (g), and article 5, paragraph 1, the requested Party undertakes to ensure that a competent court will prosecute the person whose extradition has been refused, in accordance with its own laws, in respect of the acts on which the request for extradition was or could have been based.

2. For the purposes of the preceding paragraph, the requested Party may ask the requesting Party to provide, if it has not already done so, the elements necessary for instituting the appropriate criminal proceedings, particularly the available evidence.

Article 8. Trial in absentia of the person sought

1. To the extent permitted under domestic legislation, extradition may be granted when the person sought has been tried in absentia, provided that the domestic law of the requesting Party ensures that, following extradition, an appeal may be filed or a new trial held.

2. If extradition is granted, the requested Party shall inform the person to be extradited of his rights under the terms of the preceding paragraph.

Article 9. Rule of speciality; re-extradition

I. A person extradited under this Treaty may not be:

(a) Proceeded against, detained or tried, or subjected to any other restriction of his personal liberty in the territory of the requesting Party for any act other than that which gave rise to the extradition and occurred before it or concurrently with it;

(b) Re-extradited to a third State.

2. The prohibition established in the preceding paragraph shall cease:

(a) If the requested Party, having first heard the extradited person, consents to a further review of the request submitted in that respect and decided under the terms established for a request for extradition;

(b) If the extradited person, having the right and the opportunity to leave the territory of the requesting Party, remains there for more than forty-five days or returns there voluntarily.

3. The provisions of paragraph 1 do not exclude the possibility that the requesting Party may propose, in a new request, that extradition should be extended to acts other than those on which the previous request was based; the request shall be submitted and processed under the terms of this Treaty and of domestic legislation.

4. For the purposes of this article, the requested Party shall ask the requesting Party to forward the statement made by the extradited person.

Article 10. Postponed extradition

1. The fact that the person sought is the subject of criminal proceedings in the courts of the requested Party or is serving a prison sentence for offences other than those on which the request is based shall not be an impediment to the granting of extradition.

2. In the cases indicated in the previous paragraph, the surrender of the person to be extradited may be postponed until the proceedings are concluded or the sentence is served.

3. A life-threatening illness, duly confirmed by a medical expert, shall also result in a temporary delay in the surrender of the person to be extradited.

Article 11. Temporary surrender

1. In the case indicated in paragraph 1 of the preceding article, the person sought, after being convicted by the requested Party, may be surrendered temporarily to the requesting Party so that procedural measures may be executed, particularly the prosecution, if the latter Party demonstrates that such measures cannot be delayed without grave prejudice to the criminal proceedings and undertakes to return the person sought, under any circumstances, once those measures have been concluded. Exceptionally, and provided that it does not prejudice the requested Party, the person may be surrendered prior to conviction.

2. The person surrendered under the terms of paragraph 1 shall remain in custody while he is in the territory of the requesting Party and shall be returned to the requested Party within the period specified by the latter; if the person is serving a sentence in the requested Party, execution of the sentence shall be deemed suspended from the date on which the person was surrendered to the requesting Party until he is returned to the requested Party.

3. Any time spent in custody that has not been deducted from the sentence in the requesting Party shall be deducted from the sentence in the requested Party.

Article 12. Concurrent extradition requests

1. If there are several requests for extradition of the same person, the following factors shall be taken into consideration in deciding which request should have preference:

(a) In the case of requests referring to the same acts, the place where the offence was committed or where the principal act took place;

(b) In the case of requests referring to different acts, the seriousness of the offence under the laws of the requested Party, the date of the request, the nationality or place of residence of the person sought, as well as other circumstances, particularly the existence of a treaty or the possibility of re-extradition between the requesting Parties.

2. The decision shall be communicated to all the States involved, as established in article 21, paragraph 1.

Article 13. Provisional arrest

1. In case of urgency and pending presentation of the formal request for extradition, the Contracting Parties may apply for the provisional arrest of a person for purposes of extradition.

2. The application for provisional arrest shall indicate the existence of a warrant of arrest or a judgement of conviction against the person sought and shall contain an undertaking to formalize the request for extradition, a brief description of the acts constituting the offence and the date and place of commission, an indication of the applicable legal provisions and all available information on the identity, nationality and whereabouts of the person.

3. The application for provisional arrest shall be transmitted to the competent authority of the requested Party through the diplomatic channel, or, if permitted by the laws of that Party, may be formulated directly through the International Criminal Police Organization

(Interpol). The application may also be transmitted by post or telegraph or by any other recordable means permitted by the laws of both Contracting Parties.

4. The decision concerning the arrest shall be taken pursuant to the law of the requested Party and communicated to the requesting Party immediately.

5. The requested Party shall communicate to the requesting Party, by the most rapid means available, the result of the measures taken to make the arrest. Provisional arrest shall be terminated if the formal request for extradition is not received within eighteen days from the date of provisional arrest, although this period may be extended by up to forty days if the requesting Party provides reasons that justifying such extension.

6. If permitted by their respective laws, the Parties may accord legal validity to telematic means of transmission, particularly the facsimile.

7. Termination of the provisional arrest of the person sought shall not preclude his arrest for extradition purposes if the formal request for extradition is received after the period referred to in paragraph 5 of this article.

8. When formulating the application for provisional arrest, the requesting Party may request the confiscation of assets, property or instruments found in the possession of the person at the time of his arrest.

Article 14. Extradition with the consent of the person concerned

1. Provided that the laws of the requested Party so permit, the person arrested for extradition purposes may agree to be surrendered to the requesting Party, thereby waiving the formal extradition procedure, after being advised that he has a right to such procedure.

2. The consent to which the preceding paragraph refers must be given freely by the person sought and must be in the form of a personal statement, as established in the domestic legislation of the requested Party.

3. The Contracting Parties may subsequently determine, in accordance with their domestic laws, the conditions under which the consent given by the person sought under the terms of paragraph 1 would require the provisions of article 9 of this Treaty to be set aside.

Article 15. Surrender of property

1. To the extent permitted under the laws of the requested Party, and subject to the rights of third parties, acting in good faith, of the legitimate owners or holders and of the State, when property and assets can be declared confiscated in their favour, the property found in the territory of the requested Party that has been acquired as a result of the offence or that may be required as evidence of the offence shall be duly respected and shall, if the requesting Party so requests, be surrendered if extradition is granted.

2. The surrender of the property and assets referred to in the preceding paragraph shall take place even if the extradition agreed to is not carried out owing to the death or escape of the person sought.

3. The possibility of delayed or conditional transmittal is established.

Article 16. Escape of the extradited person

If, after his surrender to the requesting Party, the extradited person escapes before the criminal proceedings are concluded or the sentence is served and is found again in the territory of the requested Party, he shall be re-arrested and surrendered to the requesting Party, on the basis of a warrant of arrest forwarded by the competent authority, except when the conditions on which extradition was granted have been violated.

Article 17. Procedure for the request

Requests for extradition and all related documents shall be transmitted through the diplomatic channel and, to the extent permitted by their laws, directly through the competent authorities designated for that purpose by the domestic legislation of the Contracting Parties and subsequently communicated between them.

Article 18. Contents and preparation of the request for extradition

1. The request for extradition shall contain:

- (a) The name of the issuing authority and the authority to which it is addressed; these names may be given in general terms;
- (b) The purpose of and grounds for the request;
- (c) The legal classification of the acts giving rise to the preceding;
- (d) The identity of the person whose extradition is requested, with a specific mention of his nationality;
- (e) A description of the acts and an indication of the time and place of commission;
- (f) The text of the relevant provisions of the law of the requesting State describing the offence and establishing the appropriate penalty;
- (g) Evidence that, in the specific case, the person is subject to the jurisdiction of the requesting State;
- (h) If the offence was committed in a third State, evidence that the person has not been sought or extradited for that offence;
- (i) A formal guarantee that the person extradited shall not be re-extradited to a third State or arrested for criminal proceedings or required to serve the remainder of a sentence or for any other purpose, for acts other than those giving rise to the request and prior to or contemporaneous with it;
- (j) In the case of sentences resulting from a trial in absentia, the information that the person sought may appeal the sentence or request a new trial after extradition has taken place.

2. The request for extradition shall be accompanied by the following:

- (a) The arrest warrant for the person sought, issued by the competent authority, or any other decision with similar effect, issued as established by the laws of the requesting Party;

(b) Certification or an authenticated copy of the decision ordering the issue of the arrest warrant, if extradition is requested for criminal proceedings;

(c) Certification or an authenticated copy of the judgement of conviction, if extradition is requested so that the sentence may be enforced, and also a certificate indicating the sentence to be served, if this does not correspond to the duration of the sentence imposed in the judgement of conviction;

(d) A copy of the legal texts relating to the time limits for prosecution or punishment, whichever applies;

(e) A statement by the competent authority concerning events that have caused the time limits to be suspended or interrupted, pursuant to the law of the requesting State;

(f) Where appropriate, a copy of the legal texts relating to the possibility of filing an appeal or holding a new trial in the case of persons convicted at trials in absentia;

(g) The request that precautionary measures should be adopted in order to preserve assets, property or instruments which are in the possession of the person sought at the time of arrest or discovered subsequently and which may serve as evidence in the criminal proceedings in the requesting State.

Article 19. Additional elements

1. If the request is incomplete or is not accompanied by sufficient elements to enable the requested Party to make a decision, that Party may request that additional elements or information be furnished within such time as it specifies.

2. The lack of elements or information shall not prevent the requesting Party from proceeding with its request for extradition once it has obtained those elements, and a new arrest can be made as provided for in article 13, paragraph 7, of this Treaty.

3. If a person who is arrested pursuant to a request for extradition is set free because the requesting Party has not produced the additional elements as required under paragraph 1 of this article, the requested Party shall notify the requesting Party of its decision as soon as possible.

Article 20. Arrest of an extraditable person

1. The Contracting Parties undertake to adopt all necessary measures to ensure effectiveness, and to seek and arrest the person sought.

2. The detention of the person sought, between the time the request for extradition is received and his surrender to the requesting Party, shall be governed by the domestic law of the requested Party.

Article 21. Communication of the decision to surrender the extraditable person and his removal

1. The requested Party shall communicate to the requesting Party as promptly as possible its decision on the request for extradition, giving reasons in the case of complete or partial refusal.

2. If extradition is granted, the requested Party shall inform the requesting Party of the place and date of surrender of the person sought and also the length of time for which he was detained.

3. The requesting Party shall remove the person sought from the territory of the requested Party within such reasonable period as the requested Party specifies, which shall not exceed forty days.

4. The period referred to in the preceding paragraph may be extended, as required by the specific case, when a Contracting Party notifies the other Party that circumstances beyond its control, particularly life-threatening illness confirmed by a medical expert, prevent removal of the extraditable person within the specified period.

5. Once the period referred to in paragraphs 3 and 4 has elapsed without anyone coming forward to receive the extraditable person, he shall be released.

6. The requested Party may refuse to extradite a person who is not removed within the period specified in this article.

Article 22. Transit

1. The transit through the territory of either Party of a person who is not a national of that Party and who has been extradited by the other Party to be surrendered to a third State shall be authorized when there are no public policy grounds to oppose it and the offence involved is extraditable under the terms of this Treaty.

2. The request to permit transit shall be transmitted by any of the means mentioned in article 17 of this Treaty and shall identify the person extradited and contain information on the elements referred to in article 13, paragraph 2, of the Treaty.

3. The authorities of the transit State shall have custody of the person while he remains in its territory.

4. Subject to the provisions of paragraph 1, if air transport is used and there is an unscheduled landing in the territory of one of the Parties, a communication from the interested Party shall suffice.

Article 23. Costs

1. The requested Party shall bear the cost of extradition until the person being extradited is surrendered to the requesting Party.

2. The requesting Party shall bear:

- (a) The cost of conveying the person being extradited from one State to the other;
- (b) Costs incurred as a result of the transit of the person being extradited;

(c) The cost of forwarding the confiscated property.

3. The provisions of the preceding paragraph may be derogated from by agreement between the Contracting Parties.

Article 24. Language

1. Requests for extradition and the accompanying documents, and also other communications provided in accordance with the provisions of this Treaty, shall be submitted in the language of the requesting Party and shall be accompanied by a translation into the language of the requested Party.

2. The Contracting Parties may, however, agree to use their own language when sending the documents mentioned in the preceding paragraph.

Article 25. Dispute settlement

Any doubt or difficulty resulting from the implementation or interpretation of this Treaty shall be resolved by consultation between the Contracting Parties.

Article 26. Entry into force and denunciation

1. This Treaty is subject to ratification.

2. The Treaty shall enter into force on the first day of the second month following the month in which the instruments of ratification are exchanged and shall continue in force until it is denounced by one of the Parties. Its effects shall cease six months following the date on which the notice of denunciation is received.

3. This Treaty shall apply to requests made after its entry into force, regardless of the date on which the acts occurred.

Done at Lisbon, on 20 October 1998, in duplicate, in the Spanish and Portuguese languages, both texts being authentic.

For the Government of the United Mexican States:

ROSARIO GREEN
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Portuguese Republic:

JAIME GAMA
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION — TRADUCTION]

TRAITÉ D'EXTRADITION ENTRE LES ÉTATS-UNIS DU MEXIQUE ET LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE

Les États-Unis du Mexique et la République portugaise, ci-après dénommés « les Parties »,

Désireux d'améliorer l'efficacité de la coopération entre les deux États dans le domaine de la lutte contre la délinquance en concluant un Traité d'extradition aux fins de poursuites pénales ou de l'exécution de peines privatives de liberté;

Réaffirmant les dispositions de leur système juridique respectif et de leurs institutions judiciaires;

Conviennent comme suit :

Article premier Obligation d'extrader

Les Parties contractantes conviennent d'extrader réciproquement, aux termes des dispositions du présent Traité, les individus qui se trouvent dans leur territoire.

Article 2 Objet et motifs d'extradition

1. L'extradition peut être accordée à des fins de poursuites pénales ou de l'exécution de peines privatives de liberté relevant de la compétence des juridictions de la Partie requérante.

2. Est admissible en tous cas l'extradition d'un individu recherché pour une infraction ou une tentative d'infraction punissable, aux termes des lois des deux Parties, d'une peine privative de liberté d'au moins un an.

3. L'extradition demandée aux fins de l'exécution d'une peine privative de liberté peut être accordée si la portion de la peine restant à purger est d'au moins six mois.

4. Si la demande d'extradition se réfère à des faits relevant de catégories juridiques différentes, dont un ou plusieurs ne répondent pas à la condition relative à la durée minimale de la peine à purger, la Partie requise peut également accorder l'extradition pour ces faits.

5. Aux fins du présent article, s'agissant de la détermination des infractions en vertu des lois des deux Parties contractantes :

a) Il n'est pas tenu compte du fait que les Parties contractantes qualifient de façon différente les éléments constitutifs de l'infraction ou emploient une terminologie juridique identique ou différente;

b) Tous les faits imputés à l'individu dont l'extradition est demandée doivent être pris en compte, que les éléments constitutifs de l'infraction soient ou non différents aux termes des lois des Parties contractantes.

6. L'extradition demandée pour une infraction à une loi relative aux taxes et impôts, aux droits de douane, au contrôle des changes se déroule dans les conditions prévues par le présent Traité.

Article 3 Champ d'application territoriale

Le présent Traité s'applique dans tout le territoire ressortissant à la compétence des Parties contractantes, y compris leur espace aérien et leurs eaux territoriales, ainsi que les navires et aéronefs immatriculés dans chacune des Parties contractantes aux termes du droit international.

Article 4 Motifs obligatoires de refus

1. L'extradition n'est pas accordée dans les cas suivants :

a) L'infraction a été commise dans le territoire de la Partie requise;

b) L'individu dont l'extradition est demandée a été jugé en dernière instance par les juridictions de la Partie requise ou d'un État tiers pour les faits sur lesquels se fonde la demande d'extradition, ou il a été acquitté, ou l'affaire a été définitivement classée, ou lorsque l'extradition est demandée aux fins de l'exécution d'une peine la peine a déjà été purgée;

c) La demande d'extradition est reçue alors qu'aux termes de la législation de l'une ou l'autre des Parties contractantes l'action pénale ou l'exécution de la peine est frappée de prescription ou est éteinte pour toute autre motif;

d) L'individu dont l'extradition est demandée est exonéré de poursuites ou de peine aux termes d'une loi d'amnistie de la Partie requérante et de la Partie requise, sous réserve que l'une et l'autre aient compétence pour poursuivre l'infraction aux termes de leur législation respective;

e) L'infraction est punissable de mort ou d'une autre peine portant une atteinte irréversible à l'intégrité de la personne;

f) L'infraction est punissable d'une peine d'emprisonnement perpétuel ou d'une autre peine assortie d'une mesure de sûreté d'ordre perpétuel;

g) L'individu dont l'extradition est demandée est justiciable d'une juridiction ou de lois d'exception ou doit purger une peine imposée par une telle juridiction;

h) Il existe des motifs fondés de croire que la demande d'extradition a été présentée en vue de poursuivre ou de punir l'individu dont l'extradition est demandée en raison de sa race, de son sexe, de sa religion, de sa nationalité, de sa langue ou de ses convictions politiques ou idéologiques, ou de son niveau d'instruction, de son ascendance ou de sa situation économique ou sociale, ou que l'une ou l'autre de ces raisons risquent de constituer des circonstances aggravantes de sa situation pénale;

i) Il existe de motifs fondés de croire que l'individu dont l'extradition est demandée sera poursuivi sans que soient respectées les garanties individuelles établies dans le droit de la Partie requise;

j) Les infractions invoquées sont d'ordre politique ou sont connexes à des délits politiques aux termes des concepts juridiques de la Partie requise;

k) Les infractions invoquées sont d'ordre militaire.

2. Les dispositions de l'alinéa c) du paragraphe 1 ne s'opposent pas à l'entraide lorsqu'un procès terminé est rouvert comme le prévoit la loi.

3. Aux fins des dispositions de l'alinéa j) du paragraphe 1 du présent article, les infractions ci-après ne sont pas considérées comme d'ordre politique :

a) Les attentats contre la vie d'un chef d'État, d'un chef de gouvernement ou de membres de leur famille, de membres d'un gouvernement ou du pouvoir judiciaire, ou de personnes jouissant d'une protection internationale;

b) Les actes de piraterie aérienne ou maritime;

c) Les actes qui ne sont pas considérés comme d'ordre politique aux termes des conventions internationales auxquelles les États contractants sont parties ou auxquelles est partie l'État requis;

d) Le génocide, les crimes contre l'humanité, les crimes de guerre et autres infractions graves aux Conventions de Genève de 1949;

e) Les actes visés par la Convention contre la torture et autres peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants, adoptée par l'Assemblée générale des Nations Unies le 17 décembre 1984.

Article 5 Ressortissants

1. Il n'y a pas lieu d'accorder l'extradition si l'individu recherché est un ressortissant de la Partie requise, sauf si la Constitution de ce pays l'autorise, auquel cas l'extradition peut être accordée sous réserve de réciprocité.

2. Dans les cas visés à la deuxième partie du paragraphe précédent, l'extradition est accordée exclusivement aux fins des poursuites pénales, sous réserve que la Partie requérante garantisse la restitution de l'extradé à la Partie requise pour l'exécution de la peine restant à purger, dans le respect du droit de la Partie requise relatif à l'exécution d'une sentence pénale étrangère.

3. Si l'extradition est refusée en application du paragraphe 1 du présent article, la Partie requise s'engage à soumettre l'affaire à l'examen de ses autorités compétentes, aux termes de l'article 7.

Article 6 Refus d'extrader

1. L'extradition peut être refusée au motif que poursuites pénales sont en cours dans une juridiction de la Partie requise contre l'individu dont l'extradition est demandée pour l'infraction pour laquelle l'extradition est demandée.

2. Dans des cas exceptionnels dûment fondés, l'extradition peut aussi être refusée si, étant donné les circonstances de l'espèce, l'acceptation de l'extradition aurait vraisemblablement des conséquences graves pour l'individu recherché compte tenu de l'âge, de l'état de santé ou d'autres circonstances personnelles dudit individu.

Article 7 Poursuites par la Partie requise

1. Si l'extradition est refusée aux motifs prévus aux alinéas e), f) et g) du paragraphe 1 de l'article 4, ainsi qu'au paragraphe 1 de l'article 5, la Partie requise s'engage à déférer l'individu dont l'extradition est refusée à sa juridiction compétente, en application de la législation de ladite Partie requise, pour les faits sur lesquels se fondait ou aurait pu se fonder la demande d'extradition.

2. Aux fins du paragraphe précédent, la Partie requise peut demander à la Partie requérante de lui communiquer, si cela n'a déjà été fait, les éléments nécessaires à l'instruction des poursuites pénales, notamment les moyens de preuve utilisables.

Article 8 Jugement par contumace

1. Si la législation interne le permet, l'extradition peut être accordée dans les cas de jugement par contumace, sous réserve que le droit interne de la Partie requérante garantisse des voies des recours ou la tenue d'un nouveau procès suite à l'extradition.

2. Si l'extradition est accordée, la Partie requise informe l'extradé de ses droits aux termes du paragraphe précédent.

Article 9 Règle de la spécialité. Réextradition

1. Un individu extradé en application du présent Traité ne peut :

a) être poursuivi, détenu ou jugé, ni assujéti à nulle autre restriction de sa liberté individuelle dans le territoire de la Partie requérante pour un fait distinct de celui qui a motivé l'extradition et qui est survenu antérieurement ou simultanément à celle-ci;

b) être réextradé vers un État tiers.

2. L'interdiction prévue au paragraphe précédent cesse :

a) Si la Partie requise, ayant auparavant entendu l'extradé, accepte de donner suite à la demande reçue à cette fin et se prononce en faveur des termes prévus par la demande d'extradition;

b) Si l'extradé, ayant le droit et la possibilité de quitter le territoire de la Partie requérante, y demeure pendant plus de quarante-cinq jours ou y rentre volontairement.

3. Les dispositions du paragraphe 1 n'empêchent pas la Partie requérante de présenter une nouvelle demande sollicitant l'extension de l'extradition pour des faits différents de ceux sur lesquels se fondait la demande précédente; la nouvelle demande est présentée et instruite aux termes du présent Traité et de la législation interne.

4. Aux fins du présent article, il est nécessaire que la Partie requise demande à la Partie requérante de lui communiquer la déclaration de l'extradé.

Article 10 Remise différée

1. L'existence dans une juridiction de la Partie requise de poursuites pénales en cours contre l'individu recherché, ou le fait que celui-ci purge une peine privative de liberté pour

des infractions autres que celles sur lesquelles se fonde la demande, ne fait pas obstacle à l'extradition.

2. Dans les cas prévus au paragraphe précédent, la remise de l'extradé peut être différée jusqu'à la conclusion des poursuites ou l'extinction de la peine.

3. La remise de l'extradé peut également être différée provisoirement si une expertise médicale révèle que son pronostic vital est menacé.

Article 11 Remise provisoire

1. Dans les cas visés au paragraphe 1 de l'article précédent, l'extradé dont la peine a été prononcée par la Partie requise peut être remis provisoirement à la Partie requérante aux fins des poursuites et du jugement si cette dernière Partie démontre que ces actes ne peuvent être différés sans préjudice grave pour les poursuites pénales, et si la Partie requérante s'engage à restituer en tous cas l'extradé. À titre exceptionnel et sous réserve que la Partie requise n'en souffre aucun préjudice, la remise peut avoir lieu avant le prononcé de la peine.

2. L'extradé remis aux termes du paragraphe 1 reste sous écrou extraditionnel pendant son séjour dans le territoire de la Partie requérante et il est restitué à la Partie requise dans le délai fixé par celle-ci; si l'extradé purge une peine dans le territoire de la Partie requise, l'exécution de ladite peine est réputée suspendue à partir de la date à laquelle il est remis à la Partie requérante et jusqu'à ce qu'il soit restitué à la Partie requise.

3. La durée de la garde sous écrou extraditionnel compte pour l'accomplissement de la peine imposée par la Partie requise, sous réserve qu'elle ne soit pas également comptée pour l'accomplissement d'une peine imposée par la Partie requérante.

Article 12 Concours de demandes

1. Lorsqu'un même individu fait l'objet de plusieurs demandes d'extradition différentes, le choix de la demande à retenir tient compte des éléments suivants :

a) Si les demandes se fondent sur les mêmes faits du lieu où a été commise l'infraction ou du lieu où s'est produit le fait principal;

b) Si les demandes se fondent sur des faits différents de la gravité de l'infraction aux termes de la législation de la Partie requise, de la date de la demande, de la nationalité ou du lieu de résidence de l'individu recherché, ainsi que de circonstances diverses, notamment l'existence d'un Traité ou la possibilité de réextradition entre les Parties requérantes.

2. La décision est notifiée à tous les États intéressés, aux termes du paragraphe 1 de l'article 21.

Article 13 Arrestation provisoire

1. En cas d'urgence et dans l'attente de la présentation d'une demande formelle d'extradition, les Parties contractantes peuvent demander l'arrestation provisoire d'un individu à des fins d'extradition.

2. La demande d'arrestation provisoire doit attester de l'existence d'un mandat d'arrêt ou d'une condamnation délivré ou prononcée à l'encontre de l'individu recherché et contenir l'engagement de soumettre une demande formelle d'extradition, ainsi qu'un résumé des faits constitutifs de l'infraction, la date et le lieu où elle a été commise, des précisions quant aux préceptes juridiques applicables, et tous les renseignements connus quant à l'identité de l'individu recherché, sa nationalité et le lieu où il se trouve.

3. La demande d'arrestation provisoire est transmise par la voie diplomatique à l'autorité compétente de la Partie requise et, si sa législation le permet, elle peut être formulée directement par l'intermédiaire de l'Organisation internationale de police criminelle (INTERPOL). De même, la demande peut être transmise par la poste, par télégraphe ou par tout autre moyen qui permette de la notifier par écrit aux termes des lois des deux Parties contractantes.

4. La Partie requise statue sur la demande d'arrestation conformément à sa législation et communique immédiatement sa décision à la Partie requérante.

5. La Partie requise notifiée à la Partie requérante, par le moyen le plus rapide, le résultat des mesures prises pour l'arrestation. L'individu placé sous écrou extraditionnel est remis en liberté si aucune demande formelle d'extradition n'est reçue dans un délai de dix-huit jours à compter de l'arrestation provisoire; ce délai peut être porté à quarante jours si la Partie requérante justifie de motifs valables.

6. Les Parties peuvent, si leur législation respective le permet, accorder validité juridique aux messages transmis par la voie télématique, y compris la télécopie.

7. L'individu libéré peut ensuite être arrêté aux fins de son extradition si la demande formelle d'extradition est reçue après l'expiration du délai prévu au paragraphe 5 du présent article.

8. En formulant la demande d'arrestation provisoire, la Partie requérante peut demander la saisie des biens, objets ou instruments trouvés en possession de l'extradé au moment de son arrestation.

Article 14 Procédure simplifiée

1. Si la législation de la Partie requise le permet, l'individu placé sous écrou extraditionnel peut consentir à être remis à la Partie requérante en renonçant à la procédure formelle d'extradition, après avoir été informé de son droit à procéder ainsi.

2. Le consentement dont il est question au paragraphe précédent doit procéder du libre arbitre de l'extradé et doit faire l'objet d'une déclaration individuelle formulée aux termes de la législation interne applicable de la Partie requise.

3. Les Parties contractantes peuvent définir ultérieurement, conformément à leur législation interne respective, les conditions dans lesquelles le consentement accordé aux termes du paragraphe 1 par l'extradé laisse sans effet les dispositions de l'article 9 du présent Traité.

Article 15 Remise d'objets

1. Si l'extradition est accordée, les biens acquis du fait de l'infraction, qui se trouvent dans le territoire de la Partie requise ou qui peuvent être nécessaires comme éléments de preuve, doivent être remis sur demande à la Partie requérante, dans la mesure où la législation de la Partie requise le permet et sans préjudice des droits des tiers de bonne foi et des propriétaires ou détenteurs desdits biens, ainsi que des droits de l'État lorsque les biens et valeurs sont déclarés saisis au profit de l'État.

2. Les biens et valeurs visés au paragraphe précédent doivent être remis même si l'extradition accordée n'a pas lieu du fait du décès ou de l'évasion de l'individu recherché.

3. La remise des biens peut être différée ou soumise à conditions.

Article 16 Évasion de l'extradé

Si l'extradé qui, livré à la Partie requérante, s'est évadé avant la fin des poursuites pénales ou l'extinction de la peine et est trouvé de nouveau dans le territoire de la Partie requise, il est arrêté de nouveau et remis à la Partie requérante en exécution d'un mandat d'arrêt délivré par l'autorité compétente, à moins que n'aient pas été respectées les conditions dont était assortie la décision d'extradition.

Article 17 Acheminement de la demande

Les demandes d'extradition ainsi que toutes les pièces les concernant sont transmises par la voie diplomatique et, dans la mesure où la législation applicable le permet, directement entre les autorités compétentes désignées aux termes de la législation interne des Parties contractantes, que celles-ci se sont notifiées.

Article 18 Contenu de la demande d'extradition et instructions

1. La demande d'extradition doit contenir :

a) La dénomination de l'autorité dont elle émane et de celle à qui elle est adressée, cette dernière pouvant être désignée en termes généraux;

b) L'objet et le motif de la demande;

c) La qualification juridique des faits qui motivent les poursuites;

d) L'identité de l'individu dont l'extradition est demandée, avec mention expresse de sa nationalité;

e) Une description des faits ainsi que la date et le lieu où ils ont été commis;

f) Le texte des dispositions juridiques applicables à l'infraction et à la peine correspondante dans l'État requérant;

g) La preuve que l'individu recherché ressortit en l'espèce à la compétence de l'État requérant;

h) Si l'infraction a été commise dans un État tiers la preuve que l'individu recherché n'a pas déjà été poursuivi ou extradé pour cette infraction;

i) La garantie formelle que l'extradé ne sera ni réextradé vers un État tiers ni arrêté à des fins de poursuites pénales ou de l'extinction d'une peine, ou à d'autres fins, pour des faits distincts de ceux qui motivent l'extradition, survenus antérieurement ou simultanément à celle-ci;

j) Le cas échéant, si l'individu recherché a été condamné par contumace une déclaration attestant que celui-ci peut recourir contre la condamnation ou demander un nouveau procès après l'extradition.

2. Les pièces suivantes doivent être jointes à la demande d'extradition :

a) Le mandat d'arrêt lancé par l'autorité compétente contre l'individu recherché, ou toute autre pièce ayant la même force, établi dans les formes prévues par la législation de la Partie requérante;

b) Pour les demandes d'extradition à des fins de poursuites pénales attestation ou copie conforme de la décision ordonnant le lancement du mandat d'arrêt;

c) Pour les demandes d'extradition à des fins d'exécution de la peine attestation ou copie conforme du jugement portant condamnation, avec indication de la durée de la peine à purger, si celle-ci ne correspond pas à celle qui a été prononcée;

d) Copie des textes de loi relatifs à la prescription de l'action pénale ou de la peine, selon le cas;

e) Déclaration de l'autorité compétente relative aux actes ayant suspendu ou interrompu le délai de prescription conformément à la loi de l'État requérant;

f) Le cas échéant, si l'individu recherché a été condamné par contumace copie des textes de loi relatifs aux voies de recours contre la condamnation ou à la tenue d'un nouveau procès;

g) La requête aux fins de l'adoption de mesures conservatoires pour la garde des biens, objets et instruments trouvés en possession de l'extradé au moment de son arrestation ou découverts par la suite, qui puissent servir comme éléments de preuve lors les poursuites pénales dans l'État requérant.

Article 19 Éléments complémentaires

1. Si la demande est incomplète ou si elle n'est pas accompagnée d'éléments suffisants pour permettre à la Partie requise de lui donner suite, la Partie requise peut demander la communication d'éléments ou renseignements complémentaires dans le délai qu'elle fixe à cette fin.

2. L'absence d'éléments ou d'information n'empêche pas la Partie requérante de poursuivre la procédure d'extradition une fois obtenus ces éléments, l'individu recherché pouvant être arrêté de nouveau aux termes du paragraphe 7 de l'article 13 du présent Traité.

3. Si un individu arrêté en vertu d'une demande d'extradition est libéré du fait que la Partie requérante n'a pas présenté les éléments complémentaires dans le délai prévu au paragraphe 1 du présent article, la Partie requise doit notifier dès que possible cette décision à la Partie requérante.

Article 20 Arrestation et garde de l'individu recherché

1. Les Parties contractantes s'engagent à adopter toutes les mesures nécessaires pour assurer la mise en oeuvre de l'extradition, notamment la recherche, l'arrestation et la garde de l'individu recherché.

2. L'arrestation et la garde de l'individu recherché, depuis la réception de la demande d'extradition jusqu'à la remise de cet individu à la Partie requérante, sont régies par la législation interne de la Partie requise.

Article 21 Notification de la décision d'extradition

1. La Partie requise notifie à la Partie requérante, dans le plus bref délai possible, la décision relative à l'extradition, en précisant les motifs du refus lorsque celle-ci est rejetée en tout ou en partie.

2. Si l'extradition est accordée, la Partie requise notifie à la Partie requérante la date et le lieu où lui sera remis l'extradé, ainsi que la durée de la garde sous écrou extraditionnel.

3. La Partie requérante doit évacuer l'extradé du territoire de la Partie requise dans un délai raisonnable d'au plus quarante jours fixé par la Partie requise.

4. Le délai prévu au paragraphe précédent peut être prolongé selon les exigences de l'espèce lorsque l'extradé ne peut être évacué dans les délais pour des raisons de force majeure que les Parties se notifient, notamment une maladie qui, selon expertise médicale, menace le pronostic vital de l'extradé.

5. Si le délai prévu aux paragraphes 3 et 4 expire sans que nul ne se présente pour prendre en charge l'extradé, celui-ci peut être libéré.

6. La Partie requise peut refuser d'extrader l'individu qui n'a pas été évacué dans le délai prévu au présent article.

Article 22 Transit

1. Chacune des Parties autorise le transit dans son territoire d'un individu qui n'est pas un de ses ressortissants et qui a été extradé par l'autre Partie vers un État tiers, sous réserve que des raisons d'ordre public ne s'opposent pas audit transit et que l'infraction donne lieu à extradition aux termes du présent Traité.

2. La demande de transit est transmise par l'une des voies prévues à l'article 17 du présent Traité; elle doit préciser l'identité de l'extradé et contenir les renseignements relatifs aux éléments mentionnés au paragraphe 2 de l'article 13 du présent Traité.

3. Les autorités de l'État de transit assurent la garde de l'extradé tant qu'il se trouve dans leur territoire.

4. Sous réserve des dispositions du paragraphe 1, si le transport s'effectue par la voie aérienne sans qu'il soit prévu d'atterrir dans le territoire de l'une des Parties, la Partie intéressée peut se limiter à une simple notification.

Article 23 Frais

1. Les frais occasionnés par l'extradition jusqu'à ce que l'extradé soit remis à la Partie requérante sont à la charge de la Partie requise.

2. Sont à la charge de la Partie requérante :

- a) Les frais nécessaires pour reconduire l'extradé d'un État à l'autre;
- b) Les frais occasionnés par le transit de l'extradé;
- c) Les frais d'envoi des objets saisis.

3. Les Parties peuvent déroger d'un commun accord aux dispositions du paragraphe précédent.

Article 24 Langue

1. Les demandes d'extradition, les pièces qui y sont jointes et les communications présentées conformément aux dispositions du présent Traité sont établies dans la langue de la Partie requérante et sont accompagnées d'une traduction dans la langue de la Partie requise.

2. Les Parties contractantes peuvent cependant convenir d'employer leur langue respective pour l'envoi des pièces mentionnées au paragraphe précédent.

Article 25 Règlement des différends

Tout doute ou difficulté résultant de l'application du présent Traité doit être résolu par concertation entre les Parties contractantes.

Article 26 Entrée en vigueur et dénonciation

1. Le présent Traité est sujet à ratification.

2. Le présent Traité entrera en vigueur le premier jour du deuxième mois suivant la date de l'échange des instruments de ratification et il restera en vigueur tant qu'il n'aura pas été dénoncé par l'une ou l'autre des Parties. Il cessera alors de déployer ses effets six mois après la date de réception de la dénonciation.

3. Le présent Traité s'appliquera aux demandes faites après son entrée en vigueur, indépendamment de la date à laquelle se sont produits les faits.

Signé à Lisbonne, le 20 octobre 1998, en deux exemplaires originaux, en espagnol et en portugais, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement des États-Unis du Mexique :
La Secrétaire aux relations extérieures
ROSARIO GREEN

Pour le Gouvernement de la République portugaise :
Le Ministre des affaires étrangères
JAIME GAMA

